DocuSign Envelope ID: 920D9BDE-2E6F-4316-B2B8-851D8B9E14E9

Salus Infraestrutura Portuária S.A.

CNPJ/MF 15.494.541/0001-90

Relatório da Administração

A Salus Infraestrutura Portuária S.A. (“Companhia”), constituída em 27 de março de 2012 é uma Sociedade anônima, listada na categoria “B”, registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM. A Companhia tem por objeto social a implementação de projeto de investimento na área de infraestrutura portuária, qual seja a execução, por si ou por terceiros, da dragagem e manutenção do Canal de Piaçaguera, no município de Cubatão, Estado de São Paulo, assim como a condução de todas as demais atividades necessárias à consecução desse projeto, relacionado atualmente a um único cliente. A Administração da Companhia é bastante otimista com o potencial do setor de infraestrutura no Brasil e espera contribuir para o seu desenvolvimento por meio de suas atividades. Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, contratou a Grant Thornton Auditores Independentes somente para a prestação de serviços de revisão das informações trimestrais e auditoria das demonstrações contábeis anuais, não tendo a referida empresa prestado qualquer outro tipo de serviço a Companhia.

A Administração.

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R$)

ATIVO	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.292	1.290
Aplicações financeiras	4	12.810	9.425
Contas a receber	5	38.285	35.709
Impostos a recuperar	6	3.456	5.409
Total do ativo circulante		55.843	51.833
Ativo não circulante			
Impostos a recuperar	6	444	444
Imobilizado	7	103.192	159.480
Total do ativo não circulante		103.636	159.924
Total do ativo		159.479	211.757

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante			
Fornecedores	-	29	34
Impostos, taxas e contribuições a recolher	8	1.512	1.528
Debêntures	9	83.379	80.596
Total do passivo circulante		84.920	82.158
Passivo não circulante			
Dividendos a pagar	-	171	171
Debêntures	9	84.912	152.679
Total do passivo não circulante		85.083	152.850
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Capital social	11.1	20.512	20.512
Prejuízos acumulados	-	(31.036)	(43.763)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(10.524)	(23.251)
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		159.479	211.757

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R$)

	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	20.512	(31.936)	(11.424)
Prejuízo do exercício	-	(11.827)	(11.827)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	20.512	(43.763)	(23.251)
Lucro do exercício	-	12.727	12.727
Saldos em 31 de dezembro de 2022	20.512	(31.036)	(10.524)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R$, exceto o prejuízo líquido básico e diluído por ação)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida	12	104.133	95.350
Custo dos serviços prestados	13	(56.288)	(56.288)
Lucro bruto		47.845	39.062
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	14	(653)	(558)
Despesas tributárias	14	(108)	(56)
		(761)	(614)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		47.084	38.448
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	15	2.317	866
Despesas financeiras	15	(32.732)	(51.141)
		(30.415)	(50.275)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		16.669	(11.827)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	16	(3.942)	-
Lucro (prejuízo) do exercício		12.727	(11.827)
Lucro (prejuízo) por ação – R$	17	30,30	(28,16)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R$)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (prejuízo) do exercício	12.727	(11.827)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do período	12.727	(11.827)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R$)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) do exercício		12.727	(11.827)
Ajustes para reconciliar o resultado do período com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Rendimentos sobre aplicações financeiras		(2.317)	(866)
Depreciação	7	56.288	56.288
Juros e amortização dos custos de emissão de debêntures	9	32.674	51.115
Aumento/(diminuição) nos ativos operacionais			
Impostos a recuperar		1.954	1.116
Contas a receber		(2.576)	(3.417)
(Aumento)/redução nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(6)	(120)
Impostos, taxas e contribuições a recolher		3.926	217
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		102.670	92.506
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.942)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		98.728	92.506
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras		(1.068)	(1.316)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(1.068)	(1.316)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de juros de debêntures		(16.750)	(20.154)
Amortização de debêntures		(80.908)	(71.036)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(97.658)	(91.190)
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		2	-
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	1.290	1.290
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3	1.292	1.290
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		2	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do valor adicionado - para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R$)

Receitas	31/12/2022	31/12/2021
Receita de serviços	121.437	111.195
	121.437	111.195
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(17.957)	(16.404)
	(17.957)	(16.404)
Valor adicionado bruto	103.480	94.791
Retenções		
Depreciação e amortização	(56.288)	(56.288)
Valor adicionado líquido produzido	47.192	38.503
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras, incluindo variação cambial líquida	2.317	866
Valor adicionado total a distribuir	49.509	39.369
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições	4.050	55
Despesas financeiras	32.732	51.141
Resultado do período	12.727	(11.827)
Valor adicionado distribuído	49.509	39.369

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional: A Salus Infraestrutura Portuária S.A. (“Companhia”), constituída em 27 de março de 2012 é uma Sociedade anônima, listada na categoria “B”, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Companhia tem por objeto social a implementação de projeto de investimento na área de infraestrutura portuária, qual seja a execução, por si ou por terceiros, da dragagem e manutenção do Canal de Piaçaguera, no município de Cubatão, Estado de São Paulo, assim como a condução de todas as demais atividades necessárias à consecução desse projeto, relacionado atualmente a um único cliente. No exercício de 2015, a Companhia iniciou suas operações mediante o desenvolvimento do projeto de investimento na área de infraestrutura portuária da dragagem e manutenção do Canal Piaçaguera, no município de Cubatão, Estado de São Paulo. Em 1º de outubro de 2016, houve o início da segunda fase da dragagem. Em 16 de fevereiro de 2018, foi emitida carta com a indicação da conclusão das obras mediante o recebimento, em 29 de dezembro de 2017, do aceite por parte do Cliente, onde este dá quitação aos serviços prestados pelos fornecedores contratados. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou lucro no montante de R$ 12.727 (prejuízo de R$ 11.827 em 31 de dezembro de 2021), um capital circulante líquido negativo de R$ 29.077 (negativo em R$ 30.325 em 31 de dezembro de 2021) e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R$ 10.524 (R$ 23.251 em 31 de dezembro de 2021). As demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional, pois a Administração concluiu, com base em seu julgamento, que a situação histórica de prejuízo, capital circulante líquido negativo e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) é prevista no plano de negócios e que a Companhia gerará recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível. **2. Principais práticas contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM. A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão. As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia no Brasil. As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis. **2.2. Instrumentos financeiros**: Os instrumentos financeiros são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, clientes e outros valores a receber, fornecedores, dividendos a pagar e debêntures. Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros. O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao: • **Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto; • **Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto; e • **Valor Justo por Meio do Resultado (VJR):** quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo. A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa. Da mesma forma, a Companhia classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa**: Incluem os montantes em conta corrente bancária e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 dias da data da aplicação e com risco insignificante de mudança do valor justo. **2.4. Aplicações financeiras**: A Companhia possui aplicações financeiras em fundos de investimento aberto. As aplicações são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. **2.5. Clientes e outros valores a receber**: Representam valores a receber por conta de serviços prestados de infraestrutura portuária da dragagem e manutenção. Não há constituição de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa face à ausência de histórico de perdas de valores faturados e ausência de expectativa de perdas futuras dos valores registrados. **2.6. Imobilizado**: Reconhecido pelo custo de aquisição e de construção, deduzido da depreciação acumulada e qualquer perda acumulada por redução ao valor recuperável. **2.7. Outros passivos**: Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. **2.8. Receita de prestação de serviços de infraestrutura**: A receita de serviços decorre do desenvolvimento do projeto de investimento na área de infraestrutura portuária da dragagem e manutenção. Os valores e as condições são acordados entre as partes e tais receitas são reconhecidas no resultado de acordo com a competência, ou seja, à medida que o serviço é prestado. **2.9. Lucro (prejuízo) líquido básico e diluído por ação**: Calculado dividindo-se o lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o exercício. Não há instrumentos financeiros, que possam ser conversíveis, em ação, não afetando o lucro diluído por ação. **2.10. Demonstração do valor adicionado (DVA)**: Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas. A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. **2.11. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)**: As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **2.12. Novas normas, alterações e interpretações**: Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Bancos	1.292	1.290
Total	**1.292**	**1.290**

4. Aplicações financeiras

	31/12/2022	31/12/2021
Aplicação financeira RB Capital DTVM	55	1.039
Aplicação financeira Itaú **(*)**	12.755	8.386
Total	**12.810**	**9.425**

(*) Referem-se a aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e risco insignificante de mudança no valor e remuneração média de 8,73% ao ano.

5. Contas a receber

	31/12/2022	31/12/2021
Clientes **(*)**	30.978	26.588
Clientes a faturar **(**)**	7.307	9.121
Total	**38.285**	**35.709**

(*) Refere-se à tarifa cobrada das embarcações que transitam no Canal de Piaçaguera, devido ao desenvolvimento do projeto de investimento na área de infraestrutura portuária da dragagem e manutenção. A tarifa é fixada com base no volume de toneladas transitado. Os pagamentos são efetuados anualmente a cada dia 15 do mês de setembro de cada ano; e

(**) O valor refere-se à provisão do recebimento, entre volume de toneladas transitado e o valor mínimo previsto em contrato.

6. Impostos a recuperar: O saldo é composto como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) a recuperar	1.976	548
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) a recuperar	287	2.116
Imposto Sobre Serviços (ISS) a recuperar **(*)**	444	444
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	120	1.868
PIS e Cofins a recuperar (faturamento)	1.073	877
Total	**3.900**	**5.853**
Circulante	3.456	5.409
Não circulante	**444**	**444**

(*) O valor refere-se ao ISS pago à maior. A Companhia mantém processo junto à Prefeitura de São Paulo para ressarcimento do imposto.

7. Imobilizado

	31/12/2022	31/12/2021
Desenvolvimento e implementação de projeto **(a)**	423.488	423.488
Depreciação acumulada	(320.296)	(264.008)
Total	**103.192**	**159.480**

(a) Refere-se à implementação e ao desenvolvimento de projeto de investimento na área de infraestrutura portuária da dragagem e manutenção do Canal de Piaçaguera. O projeto visa recuperar e restabelecer a profundidade mínima prevista e exigida na carta náutica.

A movimentação do saldo da rubrica “Imobilizado” é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	**215.768**
Adições	-
Depreciação **(*)**	(56.288)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**159.480**
Adições	-
Depreciação **(*)**	(56.288)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**103.192**

(*) O ativo é depreciado conforme o contrato de contraprestação, pela vida útil total de 120 meses, contados desde o início da dragagem. A depreciação iniciou após a entrega da 1ª fase em outubro de 2016 (23 meses após o início da dragagem).

8. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	31/12/2022	31/12/2021
PIS e Cofins	738	690
ISS	758	836
IRRF	2	2
IRPJ	14	-
Total	**1.512**	**1.528**

9. Debêntures

	31/12/2022	31/12/2021
Debêntures	**168.291**	**233.275**
Circulante **(*)**	83.379	80.596
Não circulante	**84.912**	**152.679**

(*) Em 31 de dezembro de 2022, o valor refere-se ao principal de R$ 86.029, deduzido do custo de captação no montante R$ 2.650.

Em 15 de março de 2015, foram emitidas 320.899 debêntures decorrentes da negociação conforme o Quarto Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, emitido em 26 de fevereiro de 2015. As debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição registrada na CVM e foram registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio da CETIP S.A. – Mercados Organizados e da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. As debêntures são atualizadas por juros remuneratórios de 6,79% ao ano, acrescidos de Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O custo incorrido para a emissão das debêntures foi de R$ 23.012. O vencimento final das debêntures será em 15 de outubro de 2024. A remuneração das debêntures é paga anualmente, de forma simultânea com as parcelas de amortização das debêntures, sempre no dia 15 de outubro de cada ano, sendo os juros pagos a partir do dia 15 de outubro de 2015 e o principal a partir do dia 15 de outubro de 2017. Durante o período compreendido entre a data da emissão e a data do primeiro pagamento das debêntures (período de carência), a remuneração é paga parcialmente e o valor da remuneração que não for paga ao debenturista fica incorporado ao valor nominal unitário atualizado, no fim de cada período de capitalização. Não há cláusulas para repactuação das debêntures, nem *covenants* financeiros. Em 25 de agosto de 2017, foram emitidas novas debêntures conforme Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão, para Distribuição Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Real, da Salus Infraestrutura Portuária S.A. que foi aditado em 06 de setembro de 2017 com primeiro pagamento para 15 de outubro de 2019, com juros remuneratórios de 5,7% ao ano, com atualização pelo IPCA, e periodicidade de pagamentos anual. O Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Real, em Lote Único e Indivisível, sob o Regime de Melhores Esforços de colocação, da 2ª Emissão da Salus Infraestrutura Portuária S.A. foi assinado em 15 de agosto de 2017. Foram constituídas em garantia ao pagamento das debêntures: **(i)** a cessão fiduciária de determinados direitos creditórios; e **(ii)** alienação fiduciária das ações representativas da totalidade do capital social da Companhia, de titularidade do Salus FIP. As debêntures estão sujeitas ao cumprimento de determinados *covenants* não financeiros. A Administração da Companhia declara que todas as cláusulas restritivas que exigiriam pagamento antecipado das dívidas foram cumpridas em 31 de dezembro de 2022. A movimentação das debêntures para o período findo em 31 de dezembro de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	**273.350**
Juros e amortização dos custos de emissão de debêntures	51.115
Juros pagos	(20.154)
Amortização principal	(71.036)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**233.275**
Juros e amortização dos custos de emissão de debêntures	32.674
Juros pagos	(16.750)
Amortização principal	(80.908)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**168.291**

Adiante a movimentação dos custos de captação para o período findo em 31 de dezembro de 2022:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(7.508)**
Amortização dos custos de captação das debêntures	2.650
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(4.858)**

A composição da parcela do passivo não circulante, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

Ano	**31/12/2022**
2024	84.912
Total	**84.912**

10. Provisão para contingências: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia é parte de um processo administrativo junto a SEFIS Santos referente a supostas infrações à legislação tributária do ISSQN cuja chance de perda é considerada possível de acordo com seus assessores jurídicos. O valor envolvido na ação é de R$ 2.200. **11. Patrimônio líquido: 11.1. Capital social:** O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 20.512 (R$ 20.512 em 31 de dezembro de 2021) e está dividido em 420.000 ações ordinárias e sem valor nominal, distribuídas entre os acionistas na proporção a seguir:

	31/12/2022	
Sócios	**Ações**	**%**
RB Capital Salus Infraestrutura I – FIP	415.800	99,00
VLI S.A.	4.200	1,00
Total	**420.000**	**100,00**

11.2. Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. De acordo com o previsto no artigo 189 da Lei nº 6.404/76, o prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

12. Receita líquida

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de contraprestação **(*)**	114.130	102.074
Impostos sobre a receita	(16.939)	(15.389)
Receita a faturar **(**)**	7.307	9.121
ISS a faturar **(***)**	(365)	(456)
Total	**104.133**	**95.350**

(*) Refere-se à tarifa cobrada das embarcações que transitam no Canal de Piaçaguera, devido ao desenvolvimento do projeto de investimento na área de infraestrutura portuária da dragagem e manutenção. A tarifa é fixada com base no volume de toneladas transitado;

(**) O valor refere-se à provisão da receita, entre volume de toneladas transitado e o valor mínimo previsto em contrato; e

(***) Refere-se ao ISS sobre provisão da receita.

13. Custos dos serviços prestados

	31/12/2022	31/12/2021
Custos com depreciação (Nota Explicativa nº 7)	(56.288)	(56.288)

14. Despesas por natureza

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com advogados	-	(32)
Despesas com taxas e emolumentos	(593)	(448)
Despesas com consultoria	(60)	(77)
Despesas com tributos	(108)	(56)
Outras despesas	-	(1)
Total	**(761)**	**(614)**
Classificadas como		
Despesas gerais e administrativas	(653)	(558)
Despesas tributárias	(108)	(56)
Total	**(761)**	**(614)**

15. Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.317	866
Despesas financeiras:		
Juros remuneratórios e correção monetária das debêntures (Nota Explicativa nº 9) **(*)**	(30.024)	(47.544)
Amortização dos custos de emissão de debêntures (Nota Explicativa nº 9)	(2.650)	(3.571)
IOF	(58)	(26)
Total	**(32.732)**	**(51.141)**
Total	**(30.415)**	**(50.275)**

(*) Variação relevante devido à variação no índice do IPCA no período comparativo.

16. Reconciliação das despesas de IRPJ e CSLL: As despesas de IRPJ e CSLL estão conciliadas às alíquotas nominais como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (Prejuízo) antes dos efeitos do IRPJ e da CSLL	**16.669**	**(11.827)**
Despesas indedutíveis gerais	-	-
Lucro (Prejuízo) Tributável	**16.669**	**(11.827)**
34% do lucro real	5.666	-
Adicional	(25)	-
Compensação prejuízo fiscal	(1.700)	-
Despesa de IRPJ e CSLL registrada no resultado	(3.942)	-

A movimentação do prejuízo fiscal e base negativa para o exercício de 2022 é conforme demonstrada no quadro abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo anterior - prejuízo fiscal	**43.442**	**31.617**
Constituição de prejuízo fiscal	-	11.825
Compensação de prejuízo fiscal	(4.999)	
Saldo final - prejuízo fiscal	**38.443**	**43.442**
Diferido não contabilizado	13.067	14.770

O estoque de prejuízo fiscal em 31 de dezembro de 2022 é R$ 38.443 (R$ 43.442 em 31 de dezembro de 2021). **17. Lucro (Prejuízo) por ação**: O lucro (prejuízo) por ação pode ser demonstrado conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro/(prejuízo) do exercício	12.725	(11.827)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do prejuízo líquido básico por ação	420.000	420.000
Lucro/(prejuízo) por ação (em reais - R$)	**30,30**	**(28,16)**

18. Remuneração da administração: No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve remuneração da Administração.

19. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados conforme as seguintes categorias em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

			31/12/2022		31/12/2021	
Ativo	**Classificação**	**Hierarquia**	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Caixa e equivalentes de caixa	Ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado	Nível 2	1.292	1.292	1.290	1.290
Aplicações financeiras	Ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado	Nível 2	12.810	12.810	9.425	9.425
Clientes e outros valores a receber	Ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado	Nível 2	38.285	38.285	35.709	35.709
Total			**52.387**	**52.387**	**46.424**	**46.424**
Passivo						
Debêntures **(*)**	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	Nível 2	173.150	170.460	240.783	237.567
Fornecedores	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	Nível 2	32	32	34	34
Total			**173.182**	**170.492**	**240.817**	**237.601**

(*) Não inclui na rubrica os custos de captação.

19.1. Considerações gerais: A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todas registradas em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades. A Companhia administra seu capital para garantir a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno das partes interessadas ou envolvidas em suas operações por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. **19.2. Critérios, premissas e limitações utilizados na apuração dos valores dos instrumentos financeiros:** Os detalhes a respeito das principais práticas contábeis e métodos adotados, inclusive critério de reconhecimento, base de mensuração e método de reconhecimento das receitas e despesas em relação a cada classe de ativos, passivos e instrumentos financeiros, estão apresentados na Nota Explicativa nº 2. O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições-padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados. O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos anteriormente) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos baseado em análises dos fluxos de caixa descontados. **Hierarquia do valor justo:** A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado: • **Nível 1** – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • **Nível 2** – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e • **Nível 3** – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. **19.3. Gestão de riscos financeiros**: A Administração monitora e administra os riscos financeiros inerentes às operações. Entre eles destacam-se os riscos de crédito, de liquidez e de mercado. O principal objetivo é manter a exposição da Companhia a esses riscos em níveis mínimos, utilizando, para isso, instrumentos financeiros, bem como avaliando e controlando a qualidade creditícia de suas contrapartes e a liquidez de seus ativos financeiros. **19.4. Derivativos**: No período findo de 30 de setembro de 2022 a Companhia não contratou instrumentos financeiros derivativos. **19.5. Risco de crédito**: É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um emissor ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. A Companhia entende que não incorre em risco de crédito relevante em seus instrumentos financeiros. **19.6. Risco de liquidez**: É o risco relacionado a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração desse risco é a de garantir que tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações sem causar perdas ou prejudicar suas operações, utilizando, se necessário, linhas de crédito disponíveis. A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo o pagamento de juros estimados, em valores futuros, considerando as premissas da Administração (não inclui custos de captação):

		31/12/2022			
	Taxa de juros efetiva média ponderada - %	**Até um ano - R$**	**De um a cinco anos - R$**	**Mais de cinco anos - R$**	**Total - R$**
Debêntures SAIP11	IPCA + 6,79% a.a.	73.417	86.601	-	160.018
Debêntures SAIP12	IPCA + 5,75% a.a.	7.490	5.642	-	13.132
Total		**80.907**	**92.243**	**-**	**173.150**

19.7. Risco de mercado: É o risco relacionado às variações dos fatores de mercado em que a Companhia atua, direta e indiretamente, assim como às variações dos fatores macroeconômicos e índices dos mercados financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, notadamente o CDI, e à variação de índices de preços, notadamente o IPCA. **19.8. Análise de sensibilidade**: **Premissas:** A Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade aos fatores de mercado mais relevantes para seus instrumentos financeiros, para um horizonte de 12 meses.

Fator de risco	**Risco**	**Cenário-base**	**Cenário adverso**	**Cenário remoto**
Índice de preços – IPCA	Aumento do IPCA	9,24%	11,55%	13,86%
Taxa de juros - CDI	Diminuição do CDI	11,74%	8,80%	5,87%
Fator de risco	**Risco**	**Cenário-base**	**Cenário adverso**	**Cenário remoto**
Índice de preços - IPCA	Debêntures	(18.009)	(22.541)	(27.084)
Taxa de juros - CDI	Aplicações financeiras	1.656	1.242	828

20. Operações por segmento: Em 31 de julho de 2009, a CVM emitiu a Deliberação no 582, que aprovou o CPC 22 – Informações por Segmento. O CPC 22 requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da entidade que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões, com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances. A Administração efetuou a análise mencionada anteriormente e concluiu que a Companhia opera com um único segmento e, por isso, considera que nenhuma divulgação adicional por segmento seja necessária.

21. Aprovação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram aprovadas pela diretoria e sua emissão foi autorizada em 24 de março de 2023.

A DIRETORIA

Karin Antunes Sikorski Fontan / 1SP270.693\O-7

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Salus Infraestrutura Portuária S.A. - São Paulo – SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Salus Infraestrutura Portuária S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase**: Conforme mencionado na nota explicativa no 1, as operações da Companhia iniciaram em 2015 e ocorrem com um único cliente, sendo reguladas por contrato com duração prevista de dez anos. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria**: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Receita com prestação de serviço de infraestrutura**: Conforme mencionado nas Notas Explicativas nos 2.8 e 12, a principal receita da Companhia é decorrente do projeto de investimento na área de infraestrutura portuária de dragagem e manutenção, reconhecida por meio de tarifa cobrada das embarcações que transitam pelo Canal de Piaçaguera, sendo calculada com base no volume de toneladas transitado. **Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria:** Consideramos, novamente, o reconhecimento da receita como um principal assunto de auditoria, devido ao montante envolvido, bem como a necessidade de cumprimento de cláusulas contratuais específicas para determinação e registro da receita com a prestação de serviços no seu período apropriado. **Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos procedimentos foram direcionados ao entendimento das principais atividades de controle implementadas pela administração da Companhia quanto à mensuração e reconhecimento da receita observando se as obrigações de performance foram satisfeitas. Procedemos com testes de auditoria visando validar as afirmações sobre receita (assertivas) em base de amostragem através dos boletins de medições de transportes de carga e recálculos dos volumes transitados, visando concluir quanto à integridade, exatidão, classificação, ocorrência e competência das receitas auferidas. Também avaliamos a adequação das divulgações realizadas nas demonstrações contábeis. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os critérios para mensuração e reconhecimento da receita com prestação de serviços de infraestrutura adotados pela administração são aceitáveis e estão adequadamente divulgados no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos**: **Demonstrações do valor adicionado:** A Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar este fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Grant Thornton — São Paulo, 24 de março de 2023

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Régis Eduardo Baptista dos Santos
CT CRC 1SP-255.954/O-0

DocuSigned by:
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 29/03/2023 21:05:11 BRT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*